



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 04 • 13/06 a 17/07/04 • ISSN 1809-6182

Análises

17/06/2004 – Política Externa de John Kerryp.01

Analisa-se o programa do provável candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, John Kerry, no que diz respeito à política externa.

23/06/2004 – Economia nos EUA: perspectivas e problemas.....p.03

O grande crescimento da economia estadunidense, nos dois primeiros quartos do ano de 2004, pode ser considerado como satisfatório, porém há alguns problemas que colocam limites à possibilidade de sustentar esse crescimento.

17/07/2004 – Darfur e o Conflito no Sudãop.05

Analisa-se a questão de Darfur no conflito sudanês e a inserção do Sudão na agenda internacional.

Resenhas

17/06/2004 – Hugo Chávez submetido a referendo revogatóriop.07

Conselho Nacional Eleitoral anuncia a realização de referendo em 15 de agosto de 2004 que poderá revogar o mandato do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Política Externa de John Kerry

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
17 de junho de 2004

Analisa-se o programa do provável candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, John Kerry, no que diz respeito à política externa.

Em novembro de 2004 ocorrem as eleições presidenciais nos Estados Unidos, em que concorrem, com reais chances de ganhar, George W. Bush, pelo partido republicano, e, provavelmente, o senador John Kerry, pelo democrata. Ponto-chave para a (re)eleição do presidente é, juntamente com os planos para a economia, a política externa – que deve manter-se, em maior ou menor grau, na mesma linha do governo atual, mesmo que Kerry vença as eleições, isto é, o que é chamado de segurança nacional deve continuar ocupando o topo da agenda.

A priorização da segurança na agenda de política externa estadunidense é explícita quando analisadas sete das dez prioridades de um possível governo Kerry: promoção da segurança estadunidense no século XXI; segurança no Afeganistão; conquista da paz no Iraque; luta pela paz no Oriente Médio e segurança para Israel; provimento de instrumentos e suporte para as Forças Armadas; apoio a medidas de controle e não-proliferação de armas; e, finalmente, a promoção da democracia e o respeito dos direitos humanos. Na verdade, o grande objetivo do programa do candidato democrata seria a promoção da segurança nacional – de grande importância e peso na decisão do eleitorado estadunidense –, e os demais pontos convergiriam, de certa forma, para o primeiro: são todos parte de uma estratégia de “combate ao terror”.

Para tanto, Kerry adotaria uma estratégia integrada de combate: além de ações militares, haveria também melhoras no serviço de inteligência e de *law enforcement*; ações visando ao corte dos fluxos financeiros financiadores de grupos terroristas (incluindo sanções aos países que cooperam com – ou não agem contra – a lavagem de dinheiro); e controle das armas de destruição em massa, de forma que grupos terroristas não tivessem acesso a elas. Conforme seu programa, Kerry pretende incluir a Organização das Nações Unidas (ONU) na Guerra do Iraque, de forma a “compartilhar autoridade e responsabilidade”, além de tirar parte do fardo das costas das tropas estadunidenses. Pretende-se que isto soe como uma mudança nos rumos atuais das políticas – a principal crítica de Kerry seria o unilateralismo do atual governo. Contudo, como mostram os fatos, Bush recorreu à ONU diversas vezes, desde setembro de 2002. Ou seja, mesmo no ponto que recebe mais crítica por Kerry, a política externa deve continuar a mesma, independente do candidato que vencer as eleições em novembro próximo.

Outro ponto relativo à segurança, no caso, energética, seria o desenvolvimento de fontes alternativas de combustível – também uma prioridade, segundo o programa do candidato. Uma possibilidade seria o etanol, álcool utilizado como combustível no Brasil. Neste sentido, talvez fosse imprescindível



uma ação incisiva do governo brasileiro, de forma a negociar a inserção dos produtos brasileiros (tanto do álcool como de automóveis movidos a álcool) neste novo mercado.

As outras duas prioridades seriam relacionadas ao combate da AIDS/HIV, o que implicaria um plano para responder à crise internacional e doméstica de AIDS. E sendo o combate à AIDS diverso da área temática de segurança, John Kerry conseguiu relacioná-lo à segurança nacional, ao afirmar que teria a mesma vontade que empregaria no combate ao terrorismo.

Em nenhuma parte de seu programa, Kerry menciona o Brasil ou a América Latina – exceto em uma declaração, em que se posiciona a favor do referendo na Venezuela – o que nos leva a crer que esta região não se encontra nos planos imediatos do candidato. Contudo, algumas medidas de cunho econômico podem influenciar bastante as relações Brasil-EUA, como a intenção de incentivar o repatriamento dos lucros pelas empresas que investem no exterior e vantagens fiscais para aqueles que criarem empregos nos Estados Unidos – o que pode reduzir ainda mais os fluxos de investimento direto para o Brasil.

Referência

BBC News:

www.bbcnews.co.uk

CNN:

www.cnn.com

Site oficial de John Kerry:

www.johnkerry.com

Economia nos EUA: perspectivas e problemas

Análise
Economia e Comércio

Vinicius Alvarenga
23 de junho de 2004

O grande crescimento da economia estadunidense, nos dois primeiros quartos do ano de 2004, pode ser considerado como satisfatório, porém há alguns problemas que colocam limites à possibilidade de sustentar esse crescimento.

O PIB estadunidense cresceu 4,5% nos primeiros três meses de 2004, após um crescimento de 4,1% no final de 2003. O que impulsionou o crescimento foi principalmente o aumento nos gastos do governo e o consumo interno.

Já no segundo quarto deste ano houve um crescimento de 3% do PIB, impulsionado pelo aumento nas exportações, pelo investimento fixo residencial, pelo aumento dos gastos do governo e pelo setor de equipamentos e softwares. Porém, esperava-se que o crescimento fosse em torno de 3,8%, um patamar mais próximo do observado no primeiro quarto do ano.

O déficit público dos EUA permanece bastante elevado, em US\$130 bilhões, como foi constatado no início do ano, em cerca de US\$32 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior. Os déficits são financiados pela venda de títulos públicos estadunidenses nos mercados estrangeiros, principalmente países asiáticos como Japão e Coreia do Sul.

De acordo com o FED (*Federal Reserve*) – o banco central dos Estados Unidos – a retomada na economia é confirmada pelo aumento da atividade industrial e pelo aumento das contratações, o que gerou

também aumento nas ofertas de emprego, sendo criados cerca de 1,3 milhão de novos cargos. Porém, o que vem sendo constatado é um fraco desempenho no mercado de trabalho, com 78 mil empregos criados em junho (contra uma expectativa de 240 mil) e apenas 32 mil em julho (sendo que o esperado era 230 mil).

A inflação também aumentou, acompanhando o crescimento econômico, 0,6% em maio e 0,3% em junho, principalmente devido ao aumento nos preços relacionados à energia, como é o caso do petróleo.

As recentes oscilações nos preços internacionais do petróleo (chegou a custar US\$45 o barril em Nova Iorque no dia 10/08), bastante influenciados pela OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo), afetaram os índices de preços nos EUA e na União Européia. O aumento do consumo também impulsiona a demanda e tende a elevar os preços da commodity, tendo impacto também no índice de preços gerais. Porém de acordo com Alan Greenspan, presidente do FED, não há grandes ameaças de uma escalada inflacionária nos Estados Unidos.

Um dos principais problemas da economia estadunidense – as transações comerciais – continua a preocupar. Só nos



primeiros 3 meses de 2004 houve déficit recorde de US\$144,9 bilhões, um crescimento de 14,1%. Isso reflete o baixo desempenho comercial dos EUA, visto que a conta corrente relaciona o fluxo de bens e serviços do país, além de incluir investimentos e transferências unilaterais. Só o déficit no quesito bens foi cerca de US\$150,8 bilhões. A desvalorização do dólar, principalmente frente ao Euro, contribui em parte para reduzir o déficit na conta corrente, pois, de certa forma, incentiva europeus a importar dos EUA, pois pagariam menos (em Euros) por isso. Porém, no médio prazo, a depreciação da moeda dos Estados Unidos pode pressionar os preços e os custos, podendo gerar inflação.

No ano de 2003, o déficit em conta corrente foi de US\$541,8 bilhões, o que trouxe a necessidade de o governo dos EUA recorrer a empréstimos estrangeiros para financiar tais déficits. Há o risco de investidores estrangeiros venderem seus títulos de empresas estadunidenses, o que poderia contribuir para a queda dos preços de ações e levar a um aumento nas taxas de juros do país.

As taxas de juros (ao ano) dos EUA subiram pela segunda vez consecutiva, passando de 1% no começo do ano, para 1,25% em junho e 1,5% agora em agosto. Para a consideração de um aumento na taxa de juros, também é importante a avaliação da necessidade de controle da inflação, pois juros mais altos são uma forma de evitar escaladas inflacionárias. A possibilidade de aumento na taxa de juros estadunidense afeta bolsas de valores de diversos países, principalmente Japão e União Européia, onde se encontram grandes investidores dos EUA.

A questão econômica tem, ainda, papel importante para a corrida presidencial. Um desempenho insatisfatório da economia pode contribuir para aumentar as chances de Kerry nas eleições no final do ano. Para a reeleição de Bush seria importante manter o crescimento e

demonstrar que o mesmo pode ser sustentável.

Referência

[Banco Central do Brasil](#)

[Bureau of Economic Analysis](#)

[FMI](#)

[Folha Online](#)

[OECD](#)

Darfur e o Conflito no Sudão

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
15 de julho de 2004

Analisa-se a questão de Darfur no conflito sudanês e a inserção do Sudão na agenda internacional.

Em fins de 2003, o governo do Sudão e os líderes do Movimento (ou Exército) de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A, em inglês) assinaram um acordo de paz mediado pela *Inter-Governmental Authority on Development* (IGAD), uma organização regional africana criada em 1996, cujo objetivo principal é alcançar a integração econômica e o desenvolvimento sustentável para a região. O acordo poria fim à guerra civil que assolava o país há mais de 20 anos, e que matou mais de dois milhões de pessoas (não só pelos combates, mas também pela fome e doenças que gerou) e produziu 500 mil refugiados. Nele o governo se compromete a retirar 80% de suas tropas do sul, e nova força seria formada em conjunto com o SPLM/A, até que, em seis anos, haverá um referendo para que o povo do sul decida pela unidade do Sudão ou pela independência do sul, o que significa que não teria que se submeter à sharia; além disso, resolveu-se pela divisão da riqueza do país (o Sudão é rico em petróleo).

Contudo, outro conflito corre paralelo a esta guerra civil, cujas raízes se encontram no acesso desigual a e controle sobre recursos. Dois grupos rebeldes – SPLM/A (Movimento/Exército de Libertação do Sudão, em inglês) e JEM (Justice and Equality Movement, também em inglês) – iniciaram ataques ao governo em fevereiro de 2003, em protesto contra falha do

governo em proteger vilas contra ataques dos nômades e contra a marginalização e subdesenvolvimento da região.

As duas organizações estão claramente tentando explorar a abertura do governo à negociação e a disposição a fazer concessões (como fez com o SPLM/A) para conseguir benefícios similares para a província marginalizada de Darfur. Para tanto, iniciaram uma série de ataques a instituições governamentais, em fevereiro de 2003, para reivindicar melhores condições para a província. Contudo, os efeitos não foram os esperados: em vez de propor negociação, o governo revidou com uso da força.

Mesmo com o avanço das negociações entre Sul e Governo, o conflito em Darfur continua. Aliás, o processo de paz não resolverá problema em Darfur: os rebeldes desta região se sentem ameaçados pela detente entre governo e SPLM/A, argumentando que o governo usará este acordo para reagrupar e reforçar os esforços no oeste – o que não parece completamente infundado, dada a campanha levada a cabo pelo governo nos últimos meses.

Desde então, já foram mortas mais de três mil pessoas e são mais de 600 mil os refugiados (sendo que, destes, cerca de 100 mil foram para o Chade). Segundo relatos, as condições de vida estão cada vez piores, há abusos recorrentes contra os direitos humanos, a maioria cometida pelo governo e pelas milícias aliadas. O



governo tem bombardeado indiscriminadamente vilas e cidades civis, principalmente das etnias Fur, Zaghawa e Massalit, suspeitas de darem abrigo à oposição armada ou simpatizar com ela. Mas os maiores perpetradores são as milícias, que matam, torturam, prendem civis arbitrariamente, saqueiam e colocam fogo em vilas inteiras, destroem plantações, etc. Ao mesmo tempo, os grupos armados parecem não conseguir implementar medidas para proteger os civis, como, por exemplo, assegurar-se de que os alvos militares não sejam em áreas residenciais.

A situação pode piorar, na medida em que o governo sudanês não permite a entrada de agências internacionais, seja para monitoramento ou ajuda humanitária, de forma que milhares de pessoas podem morrer de fome ou de doenças decorrentes da má condição de vida.

Interessa notar, no entanto, a pressão que alguns países vêm fazendo nos últimos dois ou três meses – apesar de o conflito ter escalado há mais de um ano –, especialmente pelos Estados Unidos. Isto se deve a dois fatores: energia e combate ao terrorismo. Com a crise no Oriente Médio, os Estados Unidos voltaram sua atenção para a África, como uma tentativa de depender menos do petróleo do Oriente Médio. A ação antiterrorista é mais sutil. Como a maioria da população do Sudão, bem como em boa parte do continente africano, é muçulmana, e o conflito e as dificuldades sociais podem ser um bom incentivo para o uso da violência política, os Estados Unidos se esforçam para identificar militantes islâmicos sudaneses suspeitos, utilizando-se de forças de segurança e da inteligência

Referência

[Amnesty International](#)

[BBC News](#)

[CNN](#)

[Human Rights Watch](#)

[International Crisis Group](#)

[IRI News](#)

[Stratfor](#)

[The New York Times](#)

Hugo Chávez submetido a referendo revogatório

Resenha
Segurança

Layla Dawood
17 de junho de 2004

Conselho Nacional Eleitoral anuncia a realização de referendo em 15 de agosto de 2004 que poderá revogar o mandato do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Após processo conturbado, o Conselho Nacional Eleitoral venezuelano (CNE) anunciou, a 3 de junho de 2004, que a oposição conseguiu o número de assinaturas necessárias para a realização de um referendo revogatório do mandato do presidente Hugo Chávez, previsto para o dia 15 de agosto. No intuito de melhor compreender a extensão do referido anúncio, faz-se necessário um breve apanhado histórico acerca dos recentes desdobramentos sociais, políticos e econômicos ocorridos na Venezuela.

Em 1958, teve fim o governo ditatorial de Marco Pérez Jiménez (1952-1958) por meio do chamado “*Acuerdo de Punto Fijo*”, o qual foi firmado entre representantes dos partidos políticos social-democrata, conservador e liberal; estabelecendo as bases para a realização de eleições que dariam lugar, futuramente, a governos alternados entre a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI). A realização de projetos mal planejados, denúncias de corrupção, problemas no pagamento da dívida externa e a desvalorização da moeda venezuelana contribuíram para a derrocada, em 1989, do sistema estabelecido pelo referido acordo. À época, foi extinto igualmente o estado de bem-estar social que vigorava

até então. Posteriores reformas de cunho “neoliberal” resultaram no crescente descontentamento da população venezuelana.

Desde então, a Venezuela, o quinto maior exportador de petróleo do mundo, vivencia uma progressiva polarização econômica, social e política. Segundo o *International Crisis Group*, os índices de pobreza chegam a 75% na atualidade, em contraposição aos 25% detectados no final da década de 1970.

Hugo Chávez elegeu-se em 1998 com 56% dos votos, prometendo pôr fim às desigualdades sociais e restaurar a república no país, no que chamou de “Revolução Bolivariana” (clara referência a Simon Bolívar, personagem central no processo de independência de muitos dos países latino-americanos). Foi imediatamente instaurada por referendo uma Assembleia Constituinte que resultou na redação de uma nova constituição que, dentre outras mudanças significativas, inaugurou um quarto e um quinto poderes (o Conselho Moral Republicano e o Conselho Nacional Eleitoral); afora o Executivo – cujos poderes foram ampliados –, o Legislativo – agora unicameral e sob a denominação de Assembleia Nacional – e o Judiciário.

A convocação de referendos para a



destituição de funcionários públicos eleitos encontra-se prevista na “Constituição da República Bolivariana da Venezuela”, em vigor desde março de 2000, em seu artigo de número 72. Já na vigência desta constituição, em julho de 2000, foram realizadas novas eleições presidenciais, quando Hugo Chávez foi eleito novamente com 59% dos votos. Após uma tentativa frustrada de golpe de estado em abril de 2002 e a realização de greves gerais pela renúncia de Hugo Chávez, os grupos oposicionistas parecem haver optado pelas vias constitucionais no intento de destituição do presidente. A OEA, o PNUD, o Centro Carter e o Grupo de Amigos para a Venezuela (composto por Brasil, EUA, México, Chile, Portugal e Espanha) intermediaram acordos entre representantes do governo e da oposição, por meio dos quais se decidiu pela utilização do referido artigo, como forma de consulta à população acerca de seu apoio ao presidente e contenção da instabilidade política.

Contudo, algumas exigências devem ser observadas no intuito de conferir validade e eficácia a uma “Petição Revogatória” (espécie de abaixo-assinado que instaura um referendo revogatório), a saber: esta deve contar com o apoio de 20% do eleitorado (2.430.000) e o funcionário a quem se dirige deve ter levado a cabo ao menos metade de seu mandato. Para que um referendo seja extintivo, ou seja, consiga pôr fim a um mandato, é necessário que 25% do eleitorado compareça à votação. Além disso, o funcionário é apenas deposto na hipótese de que o número de votos contrários a ele no referendo seja igual ao número de votos que o elegeu mais 1.

Após reformulação interna ao CNE, o conselho rechaçou a primeira petição revogatória apresentada pela oposição alegando que esta não cumpria os requisitos legais. Iniciou-se, então, nova campanha de assinaturas quando, de acordo com os oposicionistas, aderiram 3,6 milhões de pessoas. No entanto, o

CNE reconheceu apenas 1,9 milhões dessas e requisitou que 1,2 milhões de pessoas convalidassem suas assinaturas, uma vez que, segundo o conselho, havia irregularidades nestas.

Concomitante a tais desdobramentos de cunho burocrático, ocorreram, com frequência, manifestações urbanas, tanto oposicionistas quanto a favor de Hugo Chávez. Finalmente, em 3 de junho do corrente ano, o CNE anunciou que a oposição conseguira 2.451.821 de assinaturas válidas, o que possibilita a realização do referendo revogatório. Existia grande preocupação por parte da oposição de que Hugo Chávez se valesse de estratégias que levassem ao adiamento do referendo. Afirmou-se que o presidente usou de artifícios, como o impedimento de que venezuelanos residentes no exterior pudessem assinar a petição no âmbito das embaixadas e o fechamento de aeroportos privados em Caracas no intuito de impossibilitar o regresso desses venezuelanos. A preocupação oposicionista com a protelação do referendo decorria do fato de que, se esse ocorresse após o dia 19 de agosto, quando se completa a metade do mandato do presidente, mesmo que Hugo Chávez fosse deposto em função do referendo, não haveria, segundo a constituição do país, como convocar novas eleições, sendo que o vice-presidente, José Vicente Rangel, de inclinações políticas semelhantes às de Hugo Chávez, assumiria o poder, permanecendo no governo até 2006. Só então novas eleições poderiam ser realizadas.

Foi acordado que o referendo ocorrerá no dia 15 de agosto e será informatizado, o que causa certa apreensão por parte dos oposicionistas, em face da possibilidade de fraude. Existem, entretanto, pendências quanto à definição de questões relacionadas à propaganda eleitoral e à participação de observadores internacionais no processo de votação. Hugo Chávez acusa os meios de comunicação privados de apoiarem o

movimento oposicionista e sustenta que fará uso da prerrogativa que lhe é constitucionalmente garantida de falar à nação todos os dias através de uma rede de rádio e televisão. Além disso, muitos de seus partidários são contrários à participação de observadores internacionais, acusando-os, igualmente, de apoiar a oposição, que, por sua vez, apóia tal interferência por acreditar que esta garantiria a lisura do processo.

Tendo sido Hugo Chávez eleito com 3.757.773 de votos e contando este com o apoio de grande parte da população desfavorecida, o presidente afirmou estar preparado para o referendo e confiante na vitória. Sustenta que através da viabilização do instituto jurídico do referendo, cuja inclusão na constituição, no momento de sua redação, contou com seu apoio, seu governo dará ao mundo um exemplo de democracia participativa.

Seu discurso contrasta com as acusações a ele dirigidas por parte de seus opositores, que alegam que seu governo é responsável por restringir a democracia pluralista, violar o princípio da separação de poderes, bem como os direitos humanos, empregar recursos públicos para fins partidistas e proferir ameaças a jornalistas de forma sistemática.

Referência

Sites

[Jornal Folha de São Paulo](#)

[The New York Times](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Layla Dawood; Letícia Carvalho; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>